



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CAMPUS SANTANA

ÊNIO MICHELL MIRANDA NASCIMENTO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um olhar sobre o *Campus*
Santana

SANTANA-AP
2025

ÊNIO MICHELL MIRANDA NASCIMENTO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um olhar sobre o *Campus*
Santana

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a coordenação do curso de pós-graduação em Gestão de Desenvolvimento Regional, como requisito avaliativo para obtenção do título de Especialista em Gestão de Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dra. Ângela Irene Farias de Araújo Utzig.

Coorientadora: Dra. Hanna Patrícia da Silva Bezerra.

SANTANA-AP
2025

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

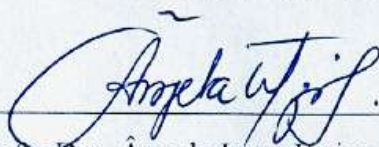
- N244i Nascimento, Ênio Michell Miranda
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá como agente de desenvolvimento regional: um olhar sobre o Campus Santana / Ênio Michell Miranda Nascimento - Santana, 2025.
30 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Desenvolvimento Regional, 2025.
- Orientadora: Dra. Ângela Irene Farias de Araújo Utzig.
Coorientadora: Dra. Hanna Patrícia da Silva Bezerra.
1. IFAP. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Arranjos Produtivos Locais. I. Utzig, Dra. Ângela Irene Farias de Araújo, orient. II. Bezerra, Dra. Hanna Patrícia da Silva, coorient. III. Título.

ÊNIO MICHELL MIRANDA NASCIMENTO

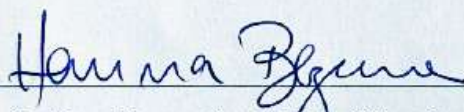
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um olhar sobre o *Campus*
Santana.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pós-graduação *lato*
sensu em Gestão de Desenvolvimento Regional
como requisito avaliativo para obtenção do
título de especialista.

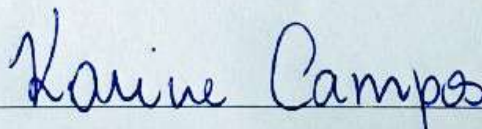
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Ângela Irene Farias de Araújo Utzig (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá



Prof.ª Dra. Hanna Patricia da Silva Bezerra (Coorientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá



Prof.ª MSc. Karine Campos Ribeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Documento assinado digitalmente



ROGERIO LUIZ DA SILVA RAMOS

Data: 18/12/2025 14:52:07-0300

verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Prof.ª MSc. Rogério Luiz da Silva Ramos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Apresentado em: 14 / 11 / 2025.

Conceito/Nota: EXCELENTE / 10,00.

RESUMO

Este trabalho analisou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), com ênfase no *Campus Santana*, como agente de desenvolvimento regional, ao levar em consideração os desafios de sua tardia implantação no cenário da educação profissional, científica e tecnológica brasileira e sua relação com os arranjos produtivos locais. A pesquisa adotou abordagem qualitativa e documental, com base em revisão bibliográfica, análise de legislação, relatórios institucionais e dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao período de 2017 a 2024. Inicialmente, investigou-se o contexto histórico de criação do IFAP, destacados os entraves estruturais e políticos que retardaram sua consolidação no Amapá, em contraste com outros estados brasileiros. Em seguida, discutiu-se o processo de implantação e funcionamento do *Campus Santana*, observadas as limitações de infraestrutura, as dificuldades de planejamento institucional e os esforços empreendidos para estruturar cursos em diferentes níveis de formação, mesmo diante de recursos escassos. Por fim, realizou-se uma análise comparativa entre a oferta de cursos do *Campus* e os arranjos produtivos locais do município de Santana, que envolvem os setores portuário e logístico, mineral, de comércio e serviços e agroextrativista. Os resultados demonstraram que há convergência entre a oferta formativa do IFAP e parte relevante da dinâmica econômica local, especialmente, nos segmentos de comércio, logística e serviços, ao mesmo tempo em que se identificaram lacunas relacionadas à mineração e ao setor agroextrativista, ainda não contemplados pela política educacional da instituição. Concluiu-se que o IFAP *Campus Santana* contribui de maneira significativa, mas ainda parcial, para o desenvolvimento regional, na medida em que amplia o acesso à educação profissional, democratiza oportunidades e gera impactos na empregabilidade, mas carece de maior alinhamento estratégico com as especificidades produtivas locais. Assim, a pesquisa evidenciou que o papel do IFAP como agente de desenvolvimento regional depende de investimentos contínuos em infraestrutura e de políticas de integração mais consistentes com as demandas territoriais, a reforçar o caráter da educação profissional e tecnológica como vetor de inclusão social e de desenvolvimento sustentável no contexto do desenvolvimento regional amazônico.

Palavras-chave: IFAP; desenvolvimento regional; arranjos produtivos locais; educação profissional científica e tecnológica; município de Santana.

ABSTRACT

This study analyzed the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá (IFAP), focusing on the Santana *Campus*, as an agent of regional development. It took into consideration the challenges of its late implementation within the Brazilian professional, scientific, and technological education landscape and its relationship with Local Productive Arrangements (LPAs). The research adopted a qualitative and documentary approach, based on a bibliographical review, analysis of legislation, institutional reports, and data from the Plataforma Nilo Peçanha for the period from 2017 to 2024. Initially, the historical context of IFAP's creation was investigated, highlighting the structural and political obstacles that delayed its consolidation in Amapá, in contrast to other Brazilian states. Subsequently, the process of implementation and operation of the Santana *Campus* was discussed, observing infrastructure limitations, difficulties in institutional planning, and the efforts undertaken to structure courses at different educational levels, even with scarce resources. Finally, a comparative analysis was carried out between the *Campus's* course offerings and the LPAs of the municipality of Santana, which involve the port and logistics, mineral, commerce and services, and agro-extractive sectors. The results demonstrated a convergence between IFAP's training offerings and a relevant part of the local economic dynamic, especially in the commerce, logistics, and services segments. Simultaneously, gaps were identified related to the mining and agro-extractive sectors, which are not yet contemplated by the institution's educational policy. It was concluded that the IFAP Santana *Campus* contributes significantly, but still partially, to regional development by expanding access to professional education, democratizing opportunities, and generating impacts on employability. However, it requires greater strategic alignment with specific local productive needs. Thus, the research evidenced that IFAP's role as a regional development agent depends on continuous investment in infrastructure and more consistent integration policies with territorial demands, reinforcing the character of professional and technological education as a vector of social inclusion and sustainable development in the context of Amazonian regional development.

Keywords: IFAP; regional development; local productive arrangements; professional scientific and technological education; municipality of Santana.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E AS OFERTAS DE CURSOS NO IFAP CAMPUS SANTANA (2017-2024)	11
3 CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO IFAP CAMPUS SANTANA PARA OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	18
4 INSERÇÃO DE EGRESSOS E POLÍTICAS INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO NO IFAP CAMPUS SANTANA	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional foi institucionalizada no Brasil em 1909, pelo Decreto n. 7.566, no governo do, então, Presidente da República Nilo Peçanha, mas o estado do Amapá passou a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica apenas mais de um século depois, o que evidencia um descompasso histórico na distribuição das políticas públicas educacionais. Essa defasagem expressa as desigualdades regionais persistentes, em especial na Amazônia, onde a interiorização de políticas estruturantes historicamente encontrou barreiras logísticas, políticas e institucionais.

A criação dos Institutos Federais foi instituída pela Lei n. 11.892/2008, e buscou promover o tripé do valor constitucional “educação”, ao articular ensino, pesquisa e extensão ao desenvolvimento territorial. O art. 6º da Lei explicita que “os Institutos Federais têm por finalidades e características: ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para os diversos setores da economia [...]”. Para Macedo (2014), no Amapá, a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) representou um marco para a educação técnica e tecnológica, ampliando vagas e adequando a oferta formativa às demandas locais, em consonância com a literatura que associa a expansão recente da Educação Profissional e Tecnológica à estratégia de desenvolvimento regional.

Bicalho e Macedo (2020) evidenciam que em sua trajetória inicial o IFAP passou por diversos desafios, que vão desde a obtenção e regularização de terrenos à consolidação de um projeto pedagógico integrado e emancipador, além de restrições orçamentárias e de recursos humanos. Análises históricas lembram que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira conviveu, por décadas, com desenho centralizado e seletivo (Cunha, 2000), e que a expansão exige coordenação federativa e infraestrutura adequadas (Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas, 2010).

Diante desse contexto, este trabalho investiga: de que maneira o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), especialmente o *Campus* Santana, tem contribuído para o desenvolvimento regional, a considerar o contexto de sua implantação, os cursos ofertados e a inserção dos egressos no mundo do trabalho? O objetivo geral consiste em analisar as contribuições do IFAP *Campus* Santana para o desenvolvimento regional, ao levar em conta a relação entre os arranjos produtivos locais, os cursos implantados no período de 2017 a 2024 e a inserção de seus egressos no mundo do trabalho.

A partir dessa problemática, foram formulados os seguintes objetivos específicos: a) Examinar os arranjos produtivos do Município de Santana e relacioná-los com os cursos implantados pelo *Campus* Santana, no período de 2017 a 2024; b) Analisar como os cursos ofertados pelo *Campus* Santana contribuíram (ou não) para a melhoria e fortalecimento dos arranjos produtivos locais; e c) Verificar como a política de egressos auxilia a melhoria do município de Santana, em busca de consolidar o direito à educação dentro do tripé: ingresso, permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho dos profissionais formados.

Do ponto de vista teórico, parte do pressuposto de que os Institutos Federais não se limitam à qualificação para o trabalho, mas atuam como organizações intensivas em conhecimento, são espaços de inovação, produção científica e cidadania, especialmente relevantes em contextos historicamente negligenciados (Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas, 2010). Essa leitura possibilitou analisar o IFAP como agente de execução da política de educação profissional, científica e tecnológica e seus efeitos no território de abrangência como política educacional com efeitos territoriais.

Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório-descritivo, ancorada em análise documental e bibliográfica de fontes primárias e secundárias: legislação e normativas, relatórios e planos institucionais do IFAP, documentos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e produção acadêmica sobre a Rede Federal e a Educação Profissional e Tecnológica. O tratamento dos dados seguirá a análise de conteúdo, conforme Bardin, entendida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 44).

No que diz respeito ao procedimento lógico da investigação, adota-se o método hipotético-dedutivo, cuja base foi proposta por Karl Popper. Para Popper (1972), o conhecimento científico avança não por induções repetidas, mas pela formulação de hipóteses testáveis, que devem ser confrontadas com a realidade por meio da tentativa de refutação. Esse método parte de uma hipótese inicial, construída com base na observação crítica e na teoria, da qual se deduzem consequências que serão posteriormente verificadas. A estrutura lógica que o sustenta pode ser expressa da seguinte forma: “Se P, então Q, logo Z”, em que P representa a hipótese, Q a dedução teórica e Z a conclusão esperada. Assim, o método adotado não apenas confere rigor à investigação, como também orienta as análises ao longo do trabalho.

No caso desta pesquisa, a estrutura lógica é representada assim: **se** o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) *Campus* Santana, ao organizar sua estrutura acadêmica, buscou alinhar sua atuação às demandas dos arranjos produtivos locais, **então** a formação proporcionada aos estudantes e os resultados observados nos egressos refletem, ao mesmo tempo, as potencialidades e as limitações dessa adequação entre a educação profissional e a dinâmica socioeconômica local. **Logo**, a efetividade do IFAP como agente de desenvolvimento regional não pode ser medida apenas pela quantidade de cursos ofertados ou de profissionais formados, mas, sobretudo, pela sintonia entre a pertinência dos cursos, a inserção dos egressos no mundo do trabalho e a contribuição direta desses profissionais para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, e, em consequência, para o desenvolvimento regional.

2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E AS OFERTAS DE CURSOS NO IFAP CAMPUS SANTANA (2017-2024)

A trajetória do IFAP insere-se em um contexto mais amplo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formalizada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais em todo o país (BRASIL, 2008). Essa política não apenas reorganizou administrativamente as antigas escolas técnicas e agrotécnicas, segundo Souza, Lima e Oliveira (2011, p. 101) “geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro”.

Educação Profissional e Tecnológica segundo o Ministério da Educação (2025):

“A educação profissional e tecnológica (EPT) é a modalidade educacional existente no país desde 1909 e prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A EPT se integra aos diferentes níveis de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, e compreendem a formação inicial e continuada ou a qualificação profissional; a educação profissional técnica de nível médio, e a educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação.” (Brasil, 2025).

É, portanto, concebida de forma integrada e articulada, envolve o ensino médio integrado, ensino técnico subsequente ao ensino médio; ensino técnico concomitante ao ensino médio; cursos técnicos, cursos superiores tecnológicos, bem como ações de pesquisa aplicada e extensão. Segundo Drago (2018), esse conceito amplia o olhar sobre a educação profissional, que não se limita à preparação para o trabalho imediato, mas busca também formar cidadãos capazes de intervir criticamente no seu território, contribuindo para o desenvolvimento regional e para a inovação produtiva.

Entretanto, ao se promover a formação de pessoas para o mundo do trabalho, o egresso pode alçar voos para fora do seu território de formação, o que implica poder desenvolver atividades profissionais em quaisquer locais do planeta, de forma presencial ou mesmo remotamente.

No caso do Amapá, a criação do IFAP foi marcada pelo atraso histórico na implantação de instituições federais de ensino profissional. Enquanto outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro já contavam, desde meados do século XX, com escolas técnicas federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (Cunha, 2000), o Amapá permaneceu por décadas sem uma rede estruturada de ensino profissionalizante (Bicalho; Macedo, 2020). Para Furtado (2007) esse vazio institucional refletia a condição periférica da Amazônia no planejamento das políticas públicas de educação e desenvolvimento.

O IFAP originou-se da criação da Escola Técnica Federal do Amapá - ETFAP, instituída pela Lei n. 11.534, de 25 de outubro de 2007. Em 29 de dezembro de 2008, a Lei n. 11.892, que implantou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP, 2025). Assim, o estado do Amapá foi um dos últimos da federação brasileira a receber uma escola técnica federal, evidenciando a desigualdade regional na distribuição dos investimentos em EPT (Macedo, 2014).

Nos anos seguintes à sua criação, o IFAP passou por um processo de expansão e capilarização pelo estado do Amapá, de acordo com as diretrizes nacionais de capilaridade da rede (Souza, Lima e Oliveira, 2011), foram implantados os *campi* Macapá e Laranjal do Jari (2010) e Santana (2014). Moura (2010) destaca que a chegada do Instituto a municípios do interior representou uma nova oportunidade de acesso à EPT para populações historicamente excluídas, sobretudo, em regiões de difícil acesso e com baixos indicadores socioeconômicos.

A expansão institucional do IFAP está diretamente relacionada à política de interiorização da educação profissional e tecnológica, destacado por Sousa, Lima e Oliveira (2011), que visa fortalecer o desenvolvimento local e regional por meio da formação de mão de obra qualificada, do estímulo à pesquisa aplicada e da promoção de ações extensionistas voltadas às demandas do território. Nesse sentido, a presença do IFAP funciona como vetor de transformação social e produtiva, articulando a oferta de educação profissional à promoção de desenvolvimento econômico sustentável.

Em 2024, o Ministério da Educação confirmou a instalação de mais um *Campus* no estado, no município de Tartarugalzinho (BRASIL, 2024), além do anúncio, em 2025, de investimentos da ordem de R\$ 147 milhões para a educação no Amapá, com parte desses recursos destinados à consolidação da infraestrutura e das atividades do IFAP (BRASIL, 2025). Esses investimentos reforçam o papel estratégico da instituição no cenário educacional e no desenvolvimento regional, consolidando o conceito de EPT como instrumento de transformação social, tecnológica e econômica.

O processo histórico de criação e expansão do IFAP evidencia, portanto, dois aspectos centrais: a) o atraso estrutural que marcou a implantação da educação profissional no Amapá, reforçando desigualdades históricas; e b) o esforço de interiorização e ampliação da rede, que busca alinhar a instituição às demandas contemporâneas de desenvolvimento regional e à concepção moderna de EPT, integrada e orientada para o trabalho, a pesquisa aplicada e a extensão social.

A trajetória de consolidação do IFAP revela uma série de obstáculos estruturais e institucionais que refletem tanto as condições históricas do estado quanto os desafios inerentes à implementação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no contexto amazônico. Para Bicalho e Macedo (2020) o atraso histórico na implantação de instituições de ensino profissional no Amapá evidencia que a criação do IFAP ocorreu em um cenário marcado por fragilidades estruturais e escassez de recursos físicos e humanos, elementos que condicionaram a expansão inicial e o funcionamento pleno da instituição.

Drago (2018) destaca entre os principais obstáculos estruturais a infraestrutura física limitada, a insuficiência de laboratórios e equipamentos adequados e a carência de espaços destinados a atividades de pesquisa aplicada e extensão. Tais limitações restringem a capacidade da instituição de oferecer cursos de qualidade plenamente alinhados aos padrões nacionais de EPT e de responder de forma efetiva às demandas do desenvolvimento regional

As condições geográficas do território apresentam desafios significativos, o Amapá possui características demográficas e geográficas que dificultam o acesso da educação profissional, seja por conta da dispersão populacional, áreas de difícil acesso ou falta de infraestrutura de transporte e comunicação. Para Castro (2025) estes fatores exigem estratégias específicas de planejamento e logística, cuja implementação inicial foi marcada por dificuldades na alocação de recursos e na manutenção de *campi* mais distantes.

No âmbito institucional, segundo Drago (2018), o IFAP enfrentou desafios relacionados à organização administrativa e à gestão acadêmica, a integração do ensino técnico, tecnológico e superior demanda estruturas administrativas mais complexas e capazes de atender múltiplos públicos e objetivos educacionais, nos primeiros anos, a instituição precisou desenvolver mecanismos internos de governança e gestão curricular, conciliando as exigências legais da Rede Federal com as condições locais e a realidade socioeconômica da região.

Outro obstáculo relevante diz respeito à escassez de recursos financeiros e à dependência de repasses federais. Apesar dos investimentos recentes anunciados pelo MEC (BRASIL, 2025), os recursos disponíveis para expansão e modernização das instalações, aquisição de equipamentos e desenvolvimento de programas de pesquisa e extensão foram historicamente limitados, impactando a capacidade da instituição de atender plenamente às demandas da população e do mercado regional (Moura, 2010).

Esses obstáculos estruturais e institucionais indicam que o processo de consolidação do IFAP não se limitou à criação formal da instituição, mas envolveu um conjunto de desafios contínuos relacionados à adequação da infraestrutura, gestão e recursos financeiros, que são determinantes para que a EPT cumpra seu papel estratégico de promover desenvolvimento

regional. Ao analisar a documentação institucional, relatórios de gestão e estudos acadêmicos sobre a história da educação profissional no estado, é possível identificar que tais desafios persistem de forma qualitativa, exigindo soluções estratégicas e contextualizadas que conciliem o planejamento institucional com as demandas socioeconômicas da região.

A relação entre os arranjos produtivos locais (APL) e a oferta de cursos técnicos e superiores é um dos pontos centrais para compreender o papel do IFAP no desenvolvimento regional. O *Campus Santana*, consolidado ao longo da última década, tem assumido o desafio de articular suas políticas educacionais às demandas socioeconômicas do município de Santana, segundo maior polo urbano do estado (IBGE, 2025).

O levantamento do Observatório Setorial Territorial Brasil (2024), uma plataforma do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que coleta, produz e dissemina dados e informações relevantes para o desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (MPE), indica que a estrutura econômica de Santana é fortemente concentrada no setor de comércio e serviços, com predomínio do comércio varejista, responsável por 28,5% dos empregos formais. Em seguida, destacam-se o comércio por atacado (7,6%) e serviços para edifícios e atividades paisagísticas (5,1%). Esses três segmentos, juntos, representam mais de 40% da ocupação formal nas micro e pequenas empresas locais.

Entre as atividades produtivas secundárias, sobressaem-se as indústrias de transformação, especialmente a fabricação de produtos alimentícios (4,8%) e de produtos de madeira (4,3%), bem como a construção civil (4,5%) e serviços especializados para construção (3,4%). Tais setores indicam uma base produtiva diversificada, mas ainda de baixo valor agregado tecnológico, refletindo características típicas de economias periféricas da Amazônia.

O setor logístico e portuário, considerado estratégico, aparece de forma expressiva nos subgrupos transporte aquaviário (3,8%), transporte terrestre (3,0%) e armazenamento e atividades auxiliares dos transportes (3,0%), totalizando cerca de 10% dos empregos locais. Esse dado confirma a centralidade do Porto de Santana como eixo estruturador do desenvolvimento econômico municipal e reforça a pertinência da oferta dos cursos de Logística e Comércio Exterior no IFAP *Campus Santana*.

Já os setores ligados ao agroextrativismo, como produção florestal (2,9%) e alimentação (1,8%), mantêm participação reduzida na estrutura de emprego, o que evidencia tanto a fragilidade dessas cadeias quanto o espaço para atuação de políticas públicas de qualificação e fomento — inclusive por meio da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Por fim, áreas como educação (4,0%), saúde (2,3%) e atividades associativas (2,0%) mostram o peso do setor público e das organizações sociais, reforçando o papel da formação profissional na prestação de serviços à comunidade.

A análise da compatibilidade entre os cursos ofertados no período de 2017 a 2024 e os principais setores econômicos da cidade possibilita verificar em que medida a atuação do IFAP contribui para o fortalecimento da economia local e para a inclusão produtiva dos estudantes. O conceito de arranjos produtivos locais remete à articulação de empresas, instituições de ensino e órgãos de fomento em torno de setores econômicos estratégicos de uma região.

De acordo com Boisier (2001), o desenvolvimento regional exige a constituição de redes de cooperação capazes de potencializar recursos endógenos, de forma a tornar os territórios menos dependentes de decisões externas. Nesse mesmo sentido, Veiga (2005) ressalta que o desenvolvimento sustentável, entendido como o desafio do século XXI, deve integrar dimensões sociais, econômicas e ambientais, exigindo, portanto, a formação de recursos humanos qualificados e vinculados às realidades locais.

Na perspectiva das políticas públicas, Castro (2005) observa que a geografia e o planejamento governamental estão intrinsecamente ligados, sendo o espaço regional um produto de políticas deliberadas. Para Diniz (1998), a crise do desenvolvimento nos países latino-americanos reforçou a necessidade de descentralização e fortalecimento da governança local, papel em que instituições educacionais como os Institutos Federais assumem relevância.

No Brasil, a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892/2008, representou um marco no processo de interiorização da educação profissional. Essa política foi pensada para atender às especificidades regionais, buscando contribuir com o desenvolvimento local e a inclusão social (BRASIL, 2008). No Amapá, o processo de implantação do IFAP foi marcado por desafios de estruturação institucional, como descrevem Bicalho e Macedo (2020), mas também pela aposta em consolidar a educação profissional como vetor de transformação social e econômica.

O município de Santana, localizado na região metropolitana de Macapá, possui relevância estratégica para a economia do Amapá. Segundo dados do IBGE (2025), sua população ultrapassa 120 mil habitantes, com destaque para os setores de comércio, serviços, mineração e atividades ligadas ao Porto de Santana. A presença de empresas como a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) no passado e, mais recentemente, atividades ligadas à exportação de minérios e grãos, consolidaram a cidade como um polo logístico fundamental para o estado.

Essas características moldam os arranjos produtivos locais de Santana (IBGE, 2025), que incluem: a) comércio e serviço; b) logística, transporte e construção civil; c) indústria de alimentos e madeira, com relevância para cadeias locais; d) agroextrativismo e produção florestal.

A análise dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2025), mostra que entre 2017 e 2024 o *Campus* Santana ofertou 47 cursos, entre cursos técnicos integrados, subsequentes e superiores, os cursos de maior recorrência são: Comércio Exterior, Gestão de Recursos Humanos, Técnico em Comércio Exterior, Técnico em Finanças, Técnico em Informática, Técnico em Logística, Técnico em Marketing, Técnico em Publicidade e Técnico em Serviços Gerais. Além desses, cursos de formação inicial e continuada (FIC) foram desenvolvidos em parceria com programas governamentais, ampliando o acesso da comunidade a qualificações de curta duração.

A identificação desses APL possibilita compreender quais áreas demandam maior qualificação profissional e quais se beneficiam da presença de instituições de ensino técnico e superior e a diversidade de oferta dialoga, em maior ou menor medida, com os arranjos produtivos identificados.

Embora haja convergência entre parte da oferta de cursos e os APL da região, persistem lacunas em áreas estratégicas como mineração e agroextrativismo, setores com relevância histórica e econômica para o município, mas que não encontram correspondência direta na formação ofertada pelo IFAP.

A análise evidencia que a política de oferta do *Campus* Santana esteve parcialmente alinhada às demandas produtivas da região. O foco nos cursos de gestão, logística e serviços reflete a centralidade do setor terciário e do porto na economia local, o que confirma a intencionalidade de atender às características regionais. Contudo, a ausência de cursos técnicos diretamente voltados ao setor mineral e ao agroextrativismo aponta para uma limitação da instituição em explorar plenamente seu papel estratégico no desenvolvimento regional.

Segundo Macedo (2014), a educação profissional precisa estar articulada à vocação produtiva do território, sob pena de formar profissionais que não encontram inserção adequada no mercado local. Essa preocupação dialoga com a reflexão de Moura (2010), ao mostrar que os Institutos Federais só cumprem sua função de agentes de desenvolvimento quando suas ações de ensino, pesquisa e extensão estão integradas aos setores econômicos que sustentam as comunidades em que estão inseridos.

Assim, no caso do *Campus* Santana, ainda que haja iniciativas que respondam a setores dinâmicos, observa-se uma tendência de priorizar cursos mais generalistas, o que pode limitar

a capacidade da instituição de atuar como vetor estruturante de arranjos produtivos locais específicos.

Os arranjos produtivos de Santana se concentram em setores de logística, comércio, comércio exterior e serviços, sendo parcialmente atendidos pela oferta de cursos do IFAP *Campus* Santana no período de 2017 a 2024. Enquanto a instituição contribuiu de maneira significativa para o fortalecimento do setor terciário, a ausência de cursos voltados diretamente ao setor mineral e ao agroextrativismo indica a necessidade de ajustes estratégicos para ampliar o impacto sobre a economia local.

Esse panorama reforça a compreensão de que, embora o IFAP tenha avançado no cumprimento de sua missão institucional, há desafios a serem enfrentados para consolidar uma oferta formativa integralmente conectada às demandas regionais. Nos próximos capítulos, será aprofundada a análise sobre a contribuição efetiva dos cursos para o fortalecimento dos APL e sobre as políticas de inserção de egressos no mundo do trabalho.

3 CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO IFAP CAMPUS SANTANA PARA OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A consolidação do IFAP está diretamente ligada ao processo de expansão de seus *campi* e a capilarização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território amapaense. Para Macedo (2014), esse movimento reflete tanto uma estratégia institucional quanto uma política nacional de interiorização da educação profissional e tecnológica (EPT), orientada para a redução das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento local.

Segundo o IFAP, em seu Relatório de Gestão 2024 (2025), a expansão dos *campi* permitiu que o IFAP ampliasse sua presença geográfica, garantindo maior acesso à EPT para municípios historicamente marginalizados. Para Bicalho e Macedo (2020), esse processo de interiorização e capilarização teve como objetivo aproximar a oferta educacional das populações locais, reduzindo barreiras de deslocamento e aumentando a inclusão social. A distribuição estratégica dos *campi* também possibilitou uma diversificação das modalidades de ensino, contemplando cursos técnicos integrados, técnicos subsequentes e tecnológicos, alinhadas às necessidades socioeconômicas de cada região.

A capilarização da rede evidencia ainda a tentativa de articular a educação profissional com o desenvolvimento territorial, segundo Moura (2010), buscando formar profissionais qualificados para atuar nas cadeias produtivas locais e contribuir para a inovação regional. A expansão do IFAP envolve a criação de infraestrutura adequada, laboratórios, bibliotecas e espaços de convivência que possibilitem a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, a expansão dos *campi* e a capilarização da rede constituem elementos centrais da consolidação do IFAP, evidenciando o compromisso da instituição com a democratização do acesso à EPT, a promoção da inclusão social e o estímulo ao desenvolvimento regional sustentável.

A atuação do IFAP na região está diretamente relacionada à diversificação e ao planejamento da oferta de cursos, buscando atender às necessidades do território e contribuir para o desenvolvimento local e regional. Para Macedo (2014), a instituição busca alinhar sua oferta educativa com as características socioeconômicas e produtivas do estado, considerando tanto os setores em expansão quanto as demandas emergentes da população.

A concepção de EPT adotada pelo IFAP permite articular diferentes modalidades de ensino, abrangendo cursos técnicos integrados, técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia, além de ações de extensão e pesquisa aplicada. Drago (2018) reforça que essa

diversidade possibilita uma formação qualificada e contextualizada, capaz de atender desde a demanda imediata do mercado de trabalho até a necessidade de desenvolvimento de competências estratégicas para inovação territorial.

Moura (2010) reforça que o planejamento da oferta de cursos considera elementos do desenvolvimento territorial, como a presença de setores produtivos específicos, características ambientais, infraestrutura local e perfil socioeconômico da população. Por exemplo, municípios com forte presença do setor agropecuário ou extrativista demandam cursos técnicos e tecnológicos voltados para essas áreas, enquanto centros urbanos concentram ofertas mais diversificadas, incluindo cursos de gestão, informática e áreas industriais.

Além disso, a instituição busca garantir que a EPT seja instrumento de inclusão social e mobilidade econômica, promovendo oportunidades de formação para jovens e adultos, especialmente em regiões historicamente periféricas ou com baixos indicadores educacionais. Essa estratégia fortalece o papel do IFAP como agente de desenvolvimento regional, pois para Souza; Lima; Oliveira (2011) a formação qualificada contribui diretamente para a melhoria da empregabilidade, o estímulo à economia local e a inserção de tecnologia e inovação nas cadeias produtivas.

A oferta de cursos é constantemente revisada e ajustada, de modo a acompanhar as mudanças nas demandas do mercado, nas políticas públicas e nas prioridades de desenvolvimento territorial. Essa flexibilidade demonstra a capacidade do IFAP de adaptar sua atuação às especificidades regionais, consolidando o alinhamento entre a educação profissional e tecnológica e os objetivos de desenvolvimento local e sustentável (IFAP, 2025; BRASIL, 2025).

Dessa forma, a oferta de cursos do IFAP não se limita à transmissão de conhecimentos técnicos, mas se configura como um instrumento estratégico de formação cidadã, inovação e dinamização socioeconômica, reforçando a relação entre educação profissional, planejamento territorial e desenvolvimento regional.

Segundo Boiser (1996; 2001), o desenvolvimento regional depende da capacidade dos territórios de mobilizar recursos, articular políticas públicas e fortalecer instituições locais, de modo a gerar impactos positivos sobre a economia, o emprego e a qualidade de vida da população. Nesse sentido, a presença de instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como o IFAP, constitui um elemento estratégico para fomentar a capacitação de recursos humanos, a inovação tecnológica e a dinamização das cadeias produtivas regionais.

A atuação do IFAP contribui para o desenvolvimento regional em diferentes dimensões, a formação de mão de obra qualificada atende às demandas do mercado local, especialmente

em setores estratégicos da economia amapaense, como agropecuária, extrativismo, comércio e serviços. Souza, Lima e Oliveira (2011) destacam que a oferta de cursos técnicos e tecnológicos permite que os indivíduos desenvolvam competências específicas, favorecendo a empregabilidade, a mobilidade social e a inserção de novas tecnologias nos processos produtivos.

Além disso, o IFAP promove ação extensionista e pesquisa aplicada, fortalecendo a articulação entre educação e território. Projetos de extensão e parcerias institucionais possibilitam a transferência de conhecimento e tecnologias, contribuindo para o aumento da produtividade e para a inovação regional (IFAP, 2025). Essa relação entre EPT e desenvolvimento territorial é coerente com a perspectiva de que o fortalecimento institucional local constitui um vetor de desenvolvimento sustentável, conforme apontam Veiga (2005) e Moura (2010).

Para Bicalho e Macedo (2020) ao atender municípios do interior do estado, o IFAP atua na redução das desigualdades territoriais, promovendo inclusão social e fortalecendo a economia local por meio da qualificação de profissionais e da geração de capacidades para o desenvolvimento de atividades produtivas regionais.

Os investimentos em infraestrutura, ampliação de *campi* e diversificação da oferta de cursos demonstram que a instituição se configura como agente transformador, capaz de articular políticas públicas, educação profissional e desenvolvimento regional de forma integrada. Dessa forma, o IFAP cumpre os objetivos do presente estudo, ao evidenciar que sua criação e expansão contribuíram efetivamente para o desenvolvimento regional do Amapá, tanto na dimensão econômica quanto na social e educacional, reforçando seu papel estratégico na redução de desigualdades históricas e na promoção de inovação e sustentabilidade territorial.

O segundo objetivo específico desta pesquisa busca examinar de que forma os cursos ofertados pelo IFAP *Campus Santana* contribuíram (ou não) para a melhoria e fortalecimento dos arranjos produtivos locais entre 2017 e 2024. A análise aqui proposta parte da compreensão de que a simples existência de uma instituição de ensino profissionalizante não garante, por si só, impactos no desenvolvimento regional. É necessário verificar a pertinência da oferta educacional em relação às vocações econômicas locais e observar se os profissionais formados encontram efetiva absorção nos setores produtivos estratégicos do município.

Segundo Boisier (1996), a efetividade das políticas de desenvolvimento regional depende da interação entre atores locais e da capacidade de traduzir a educação em ganhos econômicos e sociais. Nesse mesmo sentido, Furtado (2007) destaca que o desenvolvimento

exige um projeto nacional e regional capaz de articular produção, tecnologia e qualificação da mão de obra.

No campo da educação profissional, Drago (2018) argumenta que a formação humana nos Institutos Federais deve integrar saber técnico, científico e crítico, de modo a promover não apenas a qualificação para o mercado, mas também a emancipação social dos sujeitos. Essa perspectiva dialoga com Souza et al. (2025), ao apontarem que os avanços tecnológicos recentes no ensino no Norte do Brasil só terão impacto positivo quando forem incorporados de forma articulada às necessidades produtivas locais.

Macedo (2014) e Moura (2010) reforçam que a expansão da Rede Federal precisa estar atrelada à leitura dos territórios em que os *campi* estão inseridos, sob pena de se criar uma desconexão entre a formação oferecida e as reais demandas regionais. Conforme o quadro 1 a seguir, que sintetiza a comparação dos principais setores econômicos de Santana e a oferta formativa do IFAP *Campus* Santana entre 2017 e 2024.

Quadro 1 - Comparativo entre os setores econômicos de Santana/AP e os cursos ofertados pelo IFAP *Campus* Santana (2017–2024)

Setor econômico (RAIS/Sebrae 2024)	Participação no emprego formal (%)	Cursos ofertados pelo IFAP <i>Campus</i> Santana (2017–2024)	Nível de alinhamento
Comércio Varejista e Atacadista	36,1%	Técnico em Vendas; Técnico em Marketing; Técnico em Recursos Humanos; Técnico em Finanças	Alto
Serviços e Administração Predial	5,1%	Técnico em Recursos Humanos; Técnico em Administração; cursos FIC em serviços administrativos	Alto
Transporte, Logística e Armazenagem	9,8%	Técnico em Logística; Superior em Comércio Exterior	Alto
Construção Civil e Obras de Infraestrutura	7,9%	Cursos FIC na área de segurança do trabalho e desenho técnico	Baixo
Indústria de Transformação (alimentos, madeira, minerais)	11,0%	Ausência de cursos técnicos diretos nessas áreas	Baixo
Educação e Saúde	6,3%	Cursos FIC de Formação de Instrutores e Inclusão Digital	Baixo
Produção Florestal e Agroextrativismo	2,9%	Projetos de extensão e cursos FIC em sustentabilidade e meio ambiente	Baixo

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Observatório Setorial Territorial Brasil (2024) e Plataforma Nilo Peçanha (2025)

A análise crítica do Quadro 1 permite afirmar que o IFAP *Campus* Santana exerceu um papel relevante para a qualificação de trabalhadores em setores estratégicos do município, sobretudo, no comércio e na logística. Entretanto, a ausência de cursos voltados a setores

tradicionais e de maior peso econômico, como a mineração e o agroextrativismo, aponta para uma limitação do alcance institucional.

Castro (2005) lembra que as políticas públicas só alcançam êxito quando vinculadas à territorialidade e às demandas concretas de uma população. Nesse sentido, o IFAP precisa avançar na criação de cursos mais aderentes às cadeias produtivas que sustentam o município de Santana, de modo a cumprir plenamente seu papel como agente de desenvolvimento regional, sem prejuízo das possibilidades de exportar mão de obra, a considerar sua missão de formar pessoas para o mundo do trabalho.

O exame da contribuição dos cursos ofertados pelo IFAP *Campus* Santana, entre 2017 e 2024, demonstra que a instituição conseguiu responder a parte das demandas regionais, especialmente nos setores de comércio, serviços e logística. Contudo, não houve um alinhamento pleno com os arranjos produtivos estratégicos de Santana, particularmente, a mineração e o agroextrativismo.

A constatação dessa lacuna reforça a necessidade de fortalecer a integração entre a política educacional do IFAP e o planejamento de desenvolvimento regional, buscando ampliar a diversidade e pertinência da formação oferecida. Essa discussão prepara o terreno para o próximo capítulo, em que será analisada a política institucional de acompanhamento de egressos e sua relação com a inserção dos profissionais no mundo do trabalho.

4 INSERÇÃO DE EGRESSOS E POLÍTICAS INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO NO IFAP CAMPUS SANTANA

O acompanhamento da trajetória de egressos constitui uma dimensão estratégica para avaliar a efetividade das instituições de ensino profissional e tecnológico. No caso do IFAP *Campus Santana*, essa prática assume relevância ainda maior, pois permite observar até que ponto os cursos ofertados entre 2017 e 2024 têm efetivamente contribuído para a inserção dos profissionais no mundo do trabalho e, por consequência, para o desenvolvimento regional. A ausência de dados consistentes sobre egressos fragiliza a capacidade da instituição de avaliar o impacto social de suas ações e de reorientar seu planejamento acadêmico.

Do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, estabelece que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), ao disciplinar a Educação Profissional e Tecnológica, reforça no art. 36-B que a formação deve considerar as dinâmicas do mundo do trabalho e, mais recentemente, o § 4º do art. 36-C (incluído pela Lei n. 14.645/2023) determinou que o Ministério da Educação, em conjunto com as redes de ensino e entidades representativas, mantenha atualizados os catálogos de cursos em consonância com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Essas diretrizes legais evidenciam que a formação profissional deve manter constante sintonia com as transformações do mundo de trabalho, o que pressupõe mecanismos de acompanhamento sistemático da inserção dos egressos.

No âmbito da Rede Federal, a Lei n. 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, explicita entre suas finalidades (art. 6º, I e II) a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, bem como a geração de soluções técnicas e tecnológicas para as demandas sociais e peculiaridades regionais. Além disso, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), em sua Meta 3, destaca a importância da formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos. Logo, o acompanhamento de egressos não é apenas uma ação administrativa, mas um dever institucional vinculado ao cumprimento dessas finalidades constitucionais e legais.

Entretanto, no caso do IFAP *Campus Santana*, observa-se que a política de acompanhamento de egressos ainda não foi consolidada como prática estruturante. Os relatórios institucionais (IFAP, 2024) mencionam esforços incipientes, mas revelam ausência de indicadores consistentes de empregabilidade, inexistência de sistematização de dados sobre a trajetória profissional dos ex-alunos e dependência de pesquisas pontuais. Essa lacuna

compromete a avaliação da efetividade da instituição, sobretudo em um município como Santana, cujos arranjos produtivos locais demandam profissionais qualificados nos setores portuário, mineral, comercial e agroextrativista.

Sousa, Lima e Oliveira (2011) já apontavam que a política de expansão da Rede Federal, desde 2008, enfrentava o desafio de articular a formação oferecida às necessidades concretas das economias locais. No caso do Amapá, a falta de acompanhamento de egressos dificulta aferir se os cursos do *Campus* Santana estão de fato promovendo inserção profissional ou apenas ampliando o acesso formal sem a contrapartida de empregabilidade qualificada.

Esse cenário implica ainda uma contradição com os próprios princípios da Educação Profissional e Tecnológica, que não se restringem à certificação, mas visam à formação integral e à transformação social. Conforme Drago (2018), a EPT deve superar a lógica de mera adaptação às exigências imediatas do setor produtivo, formando sujeitos críticos e capazes de intervir criativamente em diferentes contextos. No entanto, a falta de políticas de acompanhamento torna o IFAP mais vulnerável a práticas reativas e menos apto a alinhar sua oferta curricular às necessidades emergentes do território.

Portanto, a ausência de um sistema estruturado de acompanhamento de egressos no IFAP *Campus* Santana não se limita a uma deficiência administrativa: ela compromete o cumprimento das próprias bases legais que orientam a educação profissional no Brasil. A construção de indicadores consistentes, a institucionalização de pesquisas periódicas sobre egressos e a incorporação desses dados no planejamento acadêmico representam medidas urgentes para que o IFAP cumpra sua função de agente de desenvolvimento regional.

Em síntese, o acompanhamento de egressos no *Campus* Santana revela avanços limitados e desafios persistentes. Embora existam iniciativas pontuais, elas não configuram ainda uma política sólida capaz de retroalimentar o planejamento institucional. Assim, reforça-se a necessidade de integrar o acompanhamento de egressos ao planejamento estratégico, vinculando essa prática ao cumprimento dos marcos legais da Constituição, da LDB, da Lei n. 11.892/2008 e do Plano Nacional de Educação - PNE, de forma a consolidar o papel do IFAP como instituição pública comprometida com a qualidade da formação profissional e com o fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

A análise entre os APL do município de Santana e a oferta de cursos do IFAP *Campus* Santana revela um alinhamento parcial entre as demandas socioeconômicas do município e as formações disponibilizadas pela instituição. No caso do setor portuário e logístico, a relação é mais direta, visto que o *Campus* tem ofertado cursos como Técnico em Logística e Comércio Exterior, além do curso superior em Comércio Exterior. Essas formações contribuem para

suprir a necessidade de profissionais capacitados em processos de exportação, logística e cadeia de suprimentos, áreas diretamente ligadas à atividade do Porto de Santana e à função estratégica do município como corredor de exportação.

Quanto ao setor mineral, a correspondência é menos evidente. Embora esse setor seja um dos mais relevantes para a economia santanense, não há registro de cursos técnicos ou superiores voltados especificamente para mineração, geologia ou beneficiamento mineral. Tal lacuna evidencia uma desconexão entre a vocação produtiva da região e a formação ofertada, o que pode limitar o papel do IFAP no atendimento direto às demandas desse segmento estratégico.

O setor de comércio e serviços, impulsionado pela integração com a região metropolitana de Macapá, encontra maior convergência com os cursos ofertados. Formações como Técnico em Finanças, Técnico em Marketing, Técnico em Publicidade e Gestão de Recursos Humanos dialogam com a necessidade de mão de obra qualificada para empresas varejistas, prestadoras de serviços e empreendimentos locais. Essa diversidade formativa amplia o suporte às atividades que representam uma parcela significativa da dinâmica econômica regional.

Já no setor pesqueiro e agroextrativista, embora relevante para comunidades locais, há uma ausência de cursos específicos diretamente voltados para pesca, manejo de recursos naturais ou agroindústria. Os cursos de formação inicial e continuada (FIC), em alguns momentos ofertados em parceria com programas governamentais, como as Qualificações Profissionais em Recursos Naturais, Produção Industrial e Desenvolvimento Socioambiental, podem ter alcançado parcialmente esse público, mas a ausência de cursos regulares voltados a esse segmento limita a capacidade institucional de fortalecimento de atividades tradicionais e sustentáveis da região.

Assim, verifica-se que a oferta do IFAP *Campus* Santana está fortemente concentrada em cursos de gestão, comércio exterior e logística, refletindo parcialmente os APL. Enquanto há sintonia com os setores portuário, logístico e de comércio e serviços, nota-se um descompasso no atendimento às cadeias produtivas mineral e agroextrativista. Essa constatação reforça a necessidade de maior articulação entre as políticas educacionais do *Campus* e as vocações regionais, para que o IFAP possa desempenhar plenamente sua função como agente de desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo desta pesquisa evidenciam que a trajetória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), especialmente no *Campus* Santana, deve ser compreendida a partir da perspectiva da inserção tardia na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como dos desafios históricos e estruturais da Amazônia.

A origem do IFAP está marcada por um contexto de desigualdade regional na oferta da educação profissional, confirmando a defasagem histórica na integração do Amapá a uma política nacional que, desde 1909, buscava formar cidadãos para o trabalho e o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, a criação dos Institutos Federais pela Lei n. 11.892/2008, ao estabelecer em seu art. 6º a finalidade de articular ensino, pesquisa e extensão ao desenvolvimento territorial, representou um marco de reparação dessa lacuna, ainda que tardio.

Os principais desafios enfrentados pelo IFAP em sua consolidação institucional, que vão desde a falta de infraestrutura e recursos humanos até a necessidade de construção de uma identidade pedagógica integrada e emancipadora. Essa fase inicial, marcada por limitações, reforça o diagnóstico de que a implantação do IFAP no Amapá não pode ser analisada apenas sob a ótica da expansão física da rede, mas também pelo prisma da adequação das condições estruturais para garantir a missão institucional estabelecida em lei.

A análise das fontes documentais e bibliográficas confirmou que essas dificuldades iniciais comprometeram, em alguma medida, a atuação plena do IFAP como engrenagem do desenvolvimento regional, mas também revelaram um processo contínuo de adaptação às condições locais.

Ao examinar a atuação do *Campus* Santana, relacionando a oferta de cursos com os arranjos produtivos do município e discutindo o papel dos egressos na inserção no mundo do trabalho. Os resultados indicam que, embora haja avanços na adequação dos cursos às demandas locais, persistem desafios para que essa sintonia seja plena e efetiva.

A análise sugere que o impacto do IFAP como agente de desenvolvimento regional não reside apenas na expansão da oferta formativa, mas sobretudo na capacidade da instituição de articular políticas educacionais com as especificidades socioeconômicas e produtivas do território. Nesse ponto, a política de acompanhamento de egressos se apresenta como instrumento central para verificar a contribuição concreta da formação profissional na transformação da realidade local.

Conectando os resultados dos três capítulos, é possível concluir que o IFAP, ao mesmo tempo em que responde a uma política nacional de interiorização e democratização da educação profissional, enfrenta o desafio de transformar sua missão legal em efetividade territorial.

A análise histórica evidencia o atraso e as desigualdades estruturais, o exame dos desafios institucionais revela os limites e os esforços de consolidação e a avaliação do *Campus* Santana mostra como a pertinência dos cursos e a trajetória dos egressos se tornam parâmetros centrais para avaliar sua função social. Assim, o IFAP confirma sua relevância como política pública educacional, mas reafirma a necessidade de constante alinhamento entre suas ações e os objetivos do desenvolvimento regional.

Nesse sentido, o estudo sustenta que o papel do IFAP como agente de desenvolvimento regional deve ser compreendido de forma dinâmica: mais do que oferecer cursos, trata-se de construir caminhos para que a educação profissional e tecnológica seja fator de inovação, de inserção social e de fortalecimento dos arranjos produtivos locais, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei n. 11.892/2008 e com a expectativa social de que a educação seja instrumento de superação das desigualdades históricas no Amapá e na Amazônia.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011,

BICALHO, Ramofly; MACEDO, Pedro Clei Sanches. História e memória da Educação Profissional e Tecnológica: as narrativas do processo de implantação e expansão do Instituto Federal do Amapá. **Revista LABOR**, v. 2, n. 24, p. 372-395, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59888>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BOISIER, Sergio. **Desenvolvimento local**: uma resposta aos desafios da globalização. Brasília: IPEA, 2001.

BOISIER, Sergio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**: a experiência de desenvolvimento e planejamento na América Latina. Planejamento e Políticas Públicas, n. 13, out. 1996. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/ppp/article/view/135>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organizado por Alexandre de Moraes. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 05 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 05 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 14.645 de 4 de agosto de 2023. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do câmputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/L14645.htm. Acesso em: 05 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Amapá receberá novo Campus de Instituto Federal**. Brasília, DF, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/amapa-recebera-novo-campus-de-instituto-federal>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept>. Acesso em: 05 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC investe R\$ 147 milhões na educação do Amapá**. Brasília, DF, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/mec-investe-r-147-milhoes-na-educacao-do-amapa>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Plataforma Nilo Peçanha. <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>>. Acesso em: 17 set. 2025.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2000.

DINIZ, Eli. Crise do desenvolvimento, reforma do Estado e governança local. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998.

DRAGO, Crislaine Cassiano. **Concepções de formação humana nas políticas de educação profissional e sua materialidade no ensino médio integrado do Instituto Federal do Amapá**. 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/13249/2018_Crislaine.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 352p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Estado do Amapá**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap.html>. Acesso em: 15 mai. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Histórico**. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/quem-somos/historico>. Acesso em: 15 mai. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ (IFAP). **Relatório de Gestão 2024**. Macapá, 2025. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/relatorio-de-gestao-2024-do-ifap-esta-acessivel-aos-cidadaos>. Acesso em: 15 mai. 2025.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. Disponível em: <https://unigra.com.br/conta.php?ebook=fundamentos-de-metodologia-cientifica-teoria-da-ciencia-e-iniciacao-a-pesquisa-.pdf&id=607>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. **Educação profissional e desenvolvimento territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto

de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2014.
Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12207>. Acesso em: 20 dez. 24.

MOURA, Emanuel Alves de. **Inserção dos Institutos Federais e o desenvolvimento local: um estudo de caso em Laranjal do Jarí – AP.** 2010. 51 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2010. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12590>. Acesso em: 02 set. 2025.

POPPER, KarlRaimund. **A lógica da pesquisa científica.** Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

REVISTA DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA EM CIÊNCIAS AGRÍCOLAS (RETTA). **Dossiê: Reforma do Ensino Técnico e Tecnológico no Brasil.** Seropédica: UFRRJ, 2010.

Sebrae. **Observatório Setorial Territorial Brasil.** Disponível em: <https://observatorio.sebrae.com.br/about>. Acesso em: 06 out. 2025.

Sebrae. **Observatório Setorial Territorial.** Disponível em: <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/santana>. Acesso em: 17 set. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SOUSA, Antônia de Abreu; LIMA, Cláudio Ricardo Gomes de; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. **Política pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil.** Fortaleza: Imprensa Universitária, Universidade Federal do Ceará, 2011.

Souza, Átila de, Silva, F. L. da, Nogueira, J. C. da C., Costa, M. L. da, Silva, M. do S. C. da, Dinelly, M. M., ... Sousa, S. B. de. (2025). **Avanços tecnológicos na educação do norte do Brasil (2015-2024): desafios e oportunidades.** *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 14(1), e1669. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n1-109-2025>. Acesso em 03 set. 2025.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226p.